

**DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA
À ANÁLISE DOS DISCURSOS:
COMO SE PODE EXPLICAR O SENTIDO CONSTRUÍDO PELA LÍNGUA?**

**FROM THE ARGUMENTATION THEORY IN LANGUAGE
TO THE DISCOURSE ANALYSIS:
HOW CAN THE SENSE BUILT BY THE LANGUAGE BE EXPLAINED?**

Carolina Knack*

Resumo: Este trabalho toma a *Teoria da Argumentação na Língua* em sua fase atual, a saber, a *Teoria dos Blocos Semânticos*, desenvolvida por Oswald Ducrot e Marion Carel, como embasamento teórico para fins de empreender uma breve análise de um artigo de opinião, o qual se intitula *O brasileiro não lê*, de autoria de Danilo Venticinquê (Revista Época). Com o objetivo de explicar como a língua constrói os sentidos instaurados nesse artigo e de refletir sobre as implicações da referida teoria em contexto de ensino, busca-se, primeiramente, abordar os pressupostos filosóficos que sustentam tal teoria. Passando por Platão, Saussure e Benveniste, dá-se relevo às noções de *alteridade, relação, valor e agenciamento*. Em seguida, sintetizam-se os principais conceitos mobilizados pela teoria da argumentação, em especial o de *encadeamento argumentativo*, para realizar a análise do artigo. Por fim, desenvolvem-se algumas reflexões acerca das implicações desse percurso teórico-analítico para o contexto de ensino.

Palavras-Chave: Estudo do texto; Teoria dos Blocos Semânticos; Encadeamento argumentativo.

Abstract: This paper takes the *Argumentation Theory in Language* in its current phase, namely the *Theory of Semantic Blocks*, developed by Oswald Ducrot and Marion Carel, as theoretical basis for the purpose of engaging in a brief analysis of an opinion article entitled *The Brazilian doesn't read*, written by Danilo Venticinquê (Epoca Magazine). In order to explain how the language builds the senses introduced in this paper and reflect upon this theory implications in the teaching context, it was sought, first, to approach the philosophical assumptions that support the argumentation theory, through Plato, Saussure and Benveniste, it's discussed the notions of *otherness, respect, value and agency*. Then summarizes the main concepts used in the argumentation theory, especially the *argumentative thread* to conduct the analysis of the article. Finally, some reflections were developed on the implications of this theoretical-analytical route to the teaching context.

Keywords: Study text; Theory of Semantic Blocks; Argumentative thread.

* Doutoranda em Estudos da Linguagem, com ênfase em Teorias do Texto e do Discurso, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra na mesma linha de pesquisa (UFRGS) e especialista em Estudos Linguísticos do Texto (UFRGS).

Considerações iniciais

É sabido que o *texto* vem sendo inserido progressivamente em aulas de língua materna: documentos oficiais que tratam do ensino de Língua Portuguesa – tais como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* e os *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul* – instituem-no como o *objeto* e a *unidade de ensino* dessa disciplina. No entanto, conforme expõe Barbisan (2007) em estudo em que discute uma proposta de ensino de argumentação na escola, mesmo quando o texto se torna objeto de análise neste espaço, os trabalhos desenvolvidos limitam-se a explorar aquilo que é dito pelo locutor a respeito da realidade. Diz a autora que “o estudo que é feito sobre o texto, especialmente o texto considerado argumentativo, fica muitas vezes limitado ao conteúdo [ou aos aspectos gramaticais], e não procura compreender **como esse conteúdo é dito.**” (BARBISAN, 2007, p. 136, grifos nossos).

É exatamente a abordagem de “como esse conteúdo é dito” que a *Teoria da Argumentação na Língua* (ANL), base desta pesquisa, possibilita empreender – princípio que se buscará demonstrar por meio de uma breve análise do artigo de opinião intitulado *O brasileiro não lê*. Desse modo, este trabalho tem por objetivos explicar como a língua constrói os sentidos instaurados no texto em questão e refletir sobre as implicações da ANL em contexto de ensino.

Para tanto, discutem-se, primeiramente, os pressupostos filosóficos que dão sustentação à teoria: são mobilizadas as noções de *alteridade* – presente já nas reflexões de Platão –, de *valor* e de *relação* – estas desenvolvidas por Saussure –, as quais ecoam na *Teoria da Enunciação* de Émile Benveniste e na *Teoria da Argumentação na Língua* de Oswald Ducrot – mais recentemente, na *Teoria dos Blocos Semânticos* (TBS) de Ducrot e Carel. Em seguida, busca-se apresentar os principais conceitos que operacionalizam a proposta argumentativo-enunciativa de Ducrot e Carel, com ênfase para a noção de *encadeamento argumentativo*. Após esse percurso teórico, desenvolve-se uma breve análise do texto intitulado *O brasileiro não lê*, de autoria de Danilo Venticinque, recentemente publicado (04/06/2013) no *site* da Revista Época, e finaliza-se com algumas reflexões acerca das implicações da referida perspectiva teórica para as práticas de leitura e de estudo do texto em contexto de ensino.

1 Nas pegadas de Platão, Saussure e Benveniste: quais caminhos trilhou Ducrot?

A pergunta que dá título a esta seção recupera um itinerário de “heranças” que se faz necessário pontuar, na medida em que a TBS, fase atual da teoria que fundamenta a análise a ser desenvolvida neste trabalho, congrega pressupostos (filosóficos, teóricos) que advêm dos ilustres pensadores ali mencionados. Tal é o objetivo desta primeira parte do presente trabalho.

A *Teoria da Argumentação na Língua*, segundo explica Barbisan (2007, p. 121), “faz a descrição semântica da linguagem fundamentada no quadro do estruturalismo saussuriano. O princípio que assume é o de que o sentido é produzido pelas relações que se estabelecem, no discurso, entre palavras e frases.” É o próprio Ducrot que traz à luz esse princípio. O autor, ao prefaciá-lo trabalho de Vogt (2009a, p. 10), salienta que Saussure, no capítulo *O valor linguístico*, do *Curso de Linguística Geral (CLG)*¹, “não faz senão aplicar às palavras da língua o que Platão disse sobre as Ideias.” Ducrot pontua que Platão, em *O Sofista*, apresenta uma teoria da *alteridade*, na medida em que busca definir as quatro categorias fundamentais da realidade – o *Movimento*, o *Repouso*, o *Mesmo* e o *Ser* – a partir de uma quinta categoria a que chama o *Outro*, a qual fundamenta as quatro primeiras. Para explicar esse princípio filosófico, Ducrot parafraseia Platão, dizendo que não se pode definir cada categoria isoladamente, visto que cada uma delimita-se na relação com as outras. Por exemplo, “[...] o Movimento é aquilo que ele é, pelo fato de que ele é outro, diferente do Repouso, do Mesmo... etc.” (DUCROT, 2009a, p. 10).

É essa essência da noção de alteridade que ecoa nas reflexões de Ferdinand de Saussure. Ducrot explica que “a oposição, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a alteridade é, para Platão, constitutiva das ideias”. No já referido capítulo IV do *CLG (O valor linguístico)*, pode-se visualizar a maneira pela qual a alteridade está aplicada à língua, ou melhor, está *implicada* na língua. Explica Saussure

¹ Como é sabido, Saussure não escreveu o *CLG*, que consiste no “esboço” de um curso que, como tal, nunca fora dado. Saussure havia ministrado uma série de três cursos na Universidade de Genebra, entre 1907 e 1911; a partir das notas de alunos que frequentaram tais aulas, Bally e Sechehaye organizaram o singular livro – particularmente com base no terceiro curso, conforme o próprio prefácio da obra, escrito por eles, atesta. Apesar de haver críticas quanto à constituição da obra e à autenticidade do pensamento ali formulado, há teóricos como Normand (2009, p.118) que defendem o estatuto de texto *fundamental* e *fundador* do *CLG*, na medida em que a obra rompeu com o discurso científico de sua época – o que se deu, evidentemente, a partir de pensamentos de Ferdinand de Saussure. Por isso, mantém-se, neste artigo, a referência ao seu nome quando da menção ao *CLG*.

(2006, p. 133) que “[...] a língua [é] um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros [...]”, de modo que não há ideias dadas de antemão, mas *valores* que emanam do sistema.

Essa tese saussuriana coloca em evidência a noção de *relação*. Segundo Saussure (2006, p. 142), na língua tudo se baseia em relações. É no capítulo V do *CLG*, intitulado *Relações sintagmáticas e relações associativas*, que ele explica que relações são essas e como elas funcionam. Diz Saussure (2006, p. 142): “De um lado, no discurso [isto é, no uso da língua], os termos estabelecem [relações] entre si, em virtude de seu encadeamento [...]. Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos.”

Trata-se, nesse caso, de *relações sintagmáticas*, que ocorrem *in praesentia*. Continua o mestre sua explicação: “Por outro lado, fora do discurso [isto é, na língua], as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas.” (SAUSSURE, 2006, p. 142). Trata-se, nesse caso, de *relações associativas*, que ocorrem *in absentia*. São essas *relações*, as associativas e as sintagmáticas, que produzem *valores* na língua e no discurso.

As relações que se produzem nesses dois eixos de funcionamento evocam, por sua vez, as noções de *língua* e de *fala*. Para Saussure, “a língua é um sistema de signos que exprimem ideias”, ao passo que a fala é “um ato individual de vontade e de inteligência” (SAUSSURE, 2006, p. 24; 22). Embora o linguista proponha tal dicotomia, ele próprio sublinha a interdependência da língua e da fala: “esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 27). Metodologicamente, Saussure delimitou a língua como objeto de estudo e assim a propôs para a Linguística.

Para além dessas reflexões saussurianas reconstituídas no *CLG*, é imprescindível que se faça referência aos *Escritos de Linguística Geral*, obra que reúne um “conjunto de manuscritos descobertos em 1996 na estufa da residência genebrina da família de Saussure [...]” (SAUSSURE, 2004, p.16). Nela, há uma nota de Saussure sobre o discurso, na qual o linguista frisa que “a língua só é criada em vista do discurso” e se pergunta a

respeito do que “possibilitaria à língua entrar em ação como discurso” (SAUSSURE, 2004, p. 237). Na continuidade da nota, o tom de questionamento é mantido:

[...] Os vários conceitos estão ali, prontos na língua (ou seja, revestidos de uma forma linguística), como *bœuf, lac, ciel, fort, rouge, triste, cinq, fendre, voir*. Em que momento ou em virtude de que operação, de que jogo que se estabelece entre eles, de que condições, esses conceitos formarão o DISCURSO? [...](SAUSSURE, 2004, p. 237, grifos do autor).

Ao definir *discurso* é que Saussure vai desvelar a operação que permite que comuniquemos algo nos valendo desses termos ou palavras: explica o linguista que a língua realiza conceitos isolados, que “esperam ser postos em relação”; é, pois, no discurso que se realiza a *ligação* entre esses conceitos revestidos da forma linguística, em outras palavras, é a *relação* que constitui o discurso. É isto que precisa haver para que se estabeleça significação de pensamento, ou seja, valor do discurso: *relação*.

Pode-se perceber que é a noção de *alteridade* que fundamenta a noção de *valor* em Saussure, e, por conseguinte, também a noção de *relação*. Esses princípios acabam por ecoar em Benveniste – embora este não tenha tido acesso às notas manuscritas – e, em seguida, em Ducrot.² Este, além de ter sido leitor de Benveniste, foi seu aluno – fato que influenciou a concepção da ANL (cf. SILVA, 2012). Por isso, torna-se essencial retomar, também, alguns conceitos-base da teoria enunciativa benvenistiana – e, em especial, o de *agenciamento* ou *sintagmatização* –, os quais ressoam na teorização ducrotiana.

O constructo teórico enunciativo de Émile Benveniste pode ser sintetizado, em linhas gerais, a partir de duas das definições para a enunciação apresentadas pelo linguista no artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970/2006): “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” e “enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um *processo de apropriação*.” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 82, grifos do autor). É a noção de *ato individual* que instaura o quadro enunciativo, colocando a figura do locutor como primeiro parâmetro da enunciação: o locutor apropria-se do aparelho formal da língua, por meio de índices específicos (categorias de pessoa, tempo e espaço) e de procedimentos acessórios (entendidos como o processo de sintagmatização das formas,

² Isso permite dizer que, embora Saussure não fale em enunciação, os conceitos enunciativos são nele fundamentados.

isto é, como o modo pelo qual o locutor opera suas escolhas, agenciando as formas e as organizando no discurso para constituir sentidos), instanciando o alocutário nesse processo e atualizando referências no discurso para, assim, propor-se como sujeito e expressar a sua relação com o mundo. Esse ato enunciativo de utilização da língua revela um uso que é sempre singular, pois a cada instância referida as categorias de pessoa (*eu-tu*), espaço (*aqui*) e tempo (*agora*) atualizam-se em condições únicas e irrepetíveis – passa-se, desse modo, do repetível (a estrutura da língua) para o irrepetível (o discurso atualizado).

Na reflexão benvenistiana, essas noções encontram esteio nos modos semiótico e semântico de significação. Esses dois modos de significação são propostos por Benveniste em *A forma e o sentido na linguagem* (1967/2006), a partir da concepção saussuriana de língua como sistema de signos. Afirma Benveniste que “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma”, a saber, a língua como semiótica e a língua como semântica (BENVENISTE, 1967/2006, p. 229). O modo semiótico, que tem por unidade o signo, caracteriza-se como uma propriedade da língua, e o sentido, nesse domínio, define-se em uma relação associativa, isto é, pelas relações opositivas com os outros signos no interior do sistema. Do signo, unidade do semiótico, Benveniste passa à frase, definindo-a como a expressão semântica por excelência, pois se trata da *produção do discurso*. Situada no modo semântico, a frase – a produção do discurso – instaura sentidos que advêm, então, dessa “atividade do locutor que coloca a língua em ação” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 230).

Segundo Benveniste, esses dois modos de significação, o semiótico e o semântico, superpõem-se, o que o linguista traduz através da expressão *língua-discurso*: na base há o sistema semiótico, sobre o qual “a língua-discurso constrói uma semântica própria” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 234). A frase está ligada, neste contexto de reflexão, à atualização das formas da língua, porque ligada à semântica, a qual resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. Por isso, a ideia que a frase exprime implica o sentido realizado formalmente “pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 230) – movimentos operacionalizados pelo locutor – e, além disso, implica referência à situação de discurso e à atitude deste locutor.

E, neste ponto, chega-se às noções que se quer enfatizar no percurso inicial deste trabalho: a de *agenciamento* e a *desintagmatização*. Segundo define o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p. 47), o *agenciamento* diz respeito ao processo de organização sintagmática operado pelo locutor, o qual está relacionado, por sua vez, à *sintagmatização*, entendida como o “trabalho realizado por quem utiliza a língua, relativo ao estabelecimento de inter-relações entre as palavras que constituem o enunciado”³ (FLORES et al., 2009, p. 216).

O que isso significa? Significa que, por exemplo, por intermédio das noções de *agenciamento* e de *sintagmatização*, as noções saussurianas de *relação* e de *valor* presentificam-se – embora sob outro viés – na reflexão enunciativa de Émile Benveniste. Importante observar, segundo salienta Silva (2012, p. 185), que “a noção de relação tal como proposta por Saussure [...] é redimensionada, pois não se trata mais [unicamente] das relações entre os elementos do sistema, mas das relações constituídas no interior de cada discurso enunciado pelo locutor”, discurso que coloca em inter-relação o semiótico e o semântico. Assim, o valor do discurso atualizado pelo locutor vai estar atrelado ao modo como este locutor opera suas escolhas, agenciando as palavras e organizando-as no discurso para exprimir, então, uma certa ideia (valor).

Essas reflexões parecem ter ecoado em Ducrot, que “situa sua reflexão no quadro teórico enunciativo benvenistiano devido ao fato de Émile Benveniste desenvolver a reflexão saussuriana com a inclusão das relações (inter) subjetivas constituídas no discurso.” (SILVA, 2012, p. 170). Benveniste, como se sabe, não postula explicitamente um modelo de análise de língua em uso – o que há, em sua obra, dentre outros aspectos, são reflexões acerca da presença do homem na língua, a partir das quais se delinearam as bases de um modelo de análise de língua voltado à enunciação, isto é, às marcas do homem na língua posta em uso – o que se convencionou chamar de *Teoria da Enunciação* (FLORES, 2008). Já Ducrot, juntamente com Anscombre, em um primeiro momento, e com Carel, em um segundo momento, elabora formalmente um modelo teórico-analítico que busca explicar como a língua constrói o sentido instaurado no discurso.

³ A noção de *sintagmatização* está atrelada, por sua vez, à de *semantização*, porque apenas se estabelecem relações entre palavras quando há ideias para expressar. Importante observar que os termos mobilizados (semiótico, semântico, agenciamento, sintagmatização, semantização etc.) formam uma *rede conceitual*, em que só é possível explicar um termo recorrendo a outros. Essa questão de método evidencia muito bem as noções de *alteridade* e de *relação* discutidas no início desta seção.

Pelo percurso delineado até aqui, entende-se que a ANL reclama duas heranças: a saussuriana e a enunciativa (cf. BARBISAN, 2007; SILVA, 2012).

2 A Teoria da Argumentação na Língua e sua fase atual: a TBS

Situada nas pegadas de Saussure e de Benveniste, a ANL singulariza-se por defender a argumentação na língua. Para compreender o que essa tese significa, busca-se apresentar, nesta seção, os principais conceitos da perspectiva ducrotiana, com ênfase para a sua atual concepção, desenvolvida por Ducrot e por Carel.

Para chegar à elaboração da TBS, a ANL passou por fases importantes de teorização: primeiramente, a forma *standard*; em seguida, a *Teoria Polifônica da Enunciação* e a *Teoria dos Topoi*; por fim, a fase atual, a TBS. Com exceção de princípios presentes na *Teoria dos Topoi*, que foi abandonada por Ducrot pelo fato de o sentido nela ser concebido como externo à língua, as demais fases apresentam um modo de ver a linguagem que se mantém na TBS, na medida em que esta radicaliza as noções de *relação* e de *valor*, aliadas à de *orientação*. É esta, a TBS, a versão da teoria que será aqui abordada.

No seminário em que a apresentam, Ducrot e Carel (2005, p. 11) retomam, primeiramente, a filiação dessa teoria à reflexão saussuriana, afirmando que, em termos gerais, na perspectiva da ANL entende-se que o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua. A partir desse posicionamento, os autores especificam o tipo de relação que vão abordar: trata-se das *relações argumentativas*.

Ducrot (2009b, p. 20) explica que as *relações argumentativas*, termo por vezes abreviado *argumentação*, são relações linguísticas – portanto, trata-se de *argumentação linguística* – e não devem ser confundidas com *argumentação retórica*⁴. Argumentar, na perspectiva da TBS, significa construir sentido pela relação entre palavras e enunciados – eis o princípio saussuriano de *relação* e *valor*. Uma vez entendido que o sentido é constituído pelos discursos que essas entidades (palavras e enunciados) evocam, a

⁴ Ducrot entende a argumentação retórica como “a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa. Essa atividade [...] só considera o levar alguém a fazer se este é apoiado sobre um fazer crer, o que é uma grande limitação, porque há muito evidentemente outros meios de levar alguém a fazer alguma coisa [...]” (DUCROT, 2009b, p. 20).

noção de *encadeamento argumentativo* torna-se primordial: “o sentido de uma expressão qualquer, seja ela uma palavra ou um enunciado, está constituído pelos discursos que essa expressão evoca. A esses discursos chamamos encadeamentos argumentativos.” (DUCROT; CAREL, 2005, p. 29). A partir disso, as ideias de *orientação* e de *continuidade* tornam-se também chaves nessa perspectiva teórica.

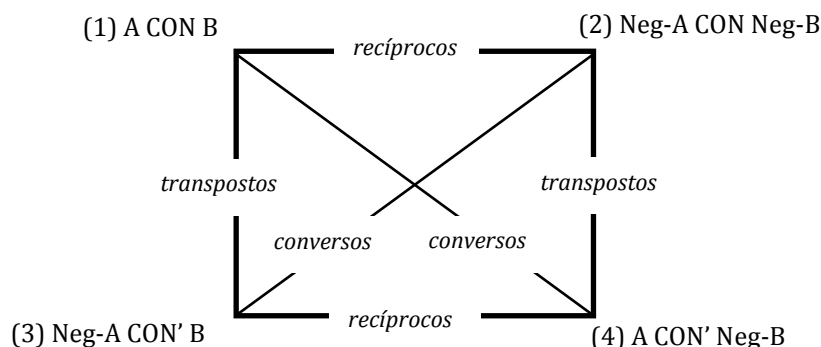
Se falar é, antes de mais nada, constituir seu próprio pensamento obrigando outrem a nos enviar dele um reflexo, e se a língua tem por função primordial permitir este jogo da fala, **o enunciado** (tomado aqui como protótipo da entidade linguística) **não é mais nada em si mesmo, não é senão uma alusão a outros enunciados** – aqueles **pelos quais ele quer ser continuado**, este futuro discursivo que **projeta diante de si esta sombra de si mesmo** que é a sua única realidade. (DUCROT, 2009a, p. 12, grifos nossos).

Considerando que o enunciado “quer [e precisa] ser continuado” (cf. DUCROT, 2009a, p.12), importa observar que essa continuação vai se dar a partir de *orientações*, ou seja, a partir de “projeções” e de “sombras” oriundas da própria entidade: tal como explica Barbisan⁵, todas as entidades são relativamente vazias, na medida em que possuem um espaço preenchido por significação e um espaço vazio a ser preenchido a partir das relações instauradas com outras entidades. Por intermédio desse princípio, fica evidente que o *sentido* não existe *a priori*, mas constrói-se na inter-relação entre as entidades, fato que os encadeamentos formalizados no quadrado argumentativo explicitam.

A partir dessas considerações, adentra-se nos principais conceitos da TBS. Nessa perspectiva, explica-se a constituição do sentido por intermédio de *blocos semânticos*, formalizados por encadeamentos reproduzidos em um *quadrado argumentativo* (fig. 1).

⁵ Conforme explicação desenvolvida em aula, na disciplina *Enunciação na Linguagem*, ministrada pela professora Dra. Leci Borges Barbisan em 2013/01, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Figura 1 – Quadrado argumentativo



Fonte: DUCROT; CAREL (2005, p. 41)

Nesse *quadrado argumentativo*, A e B representam segmentos (entidades linguísticas) que, unidos por um conector (CON), formam um *encadeamento argumentativo*. Tal como explica Barbisan (2007, p. 124), “cada um desses encadeamentos é um bloco semântico, já que a interdependência entre os dois segmentos de cada um dos encadeamentos produz uma unidade semântica.”

Assim, o primeiro ponto a observar diz respeito ao fato de os encadeamentos argumentativos poderem ser de dois tipos: *encadeamentos normativos*, que se valem do conector prototípico *donc* (DC) – do francês, cuja tradução é *portanto*; e *encadeamentos transgressivos*, que se valem do conector prototípico *pourtant* (PT) – do francês, cuja tradução é *no entanto*. Os conectores, nesse constructo, explicitam as relações de sentido estabelecidas. Por isso, frisa-se, mais uma vez, que nessa perspectiva *argumentar* significa *construir sentido*.

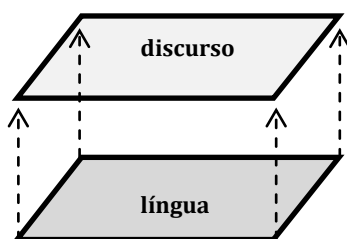
O segundo ponto a observar diz respeito aos dois modos pelos quais esses encadeamentos podem ser ligados às expressões que os instauram: a *argumentação externa* (AE) é um encadeamento no qual a expressão em questão é um segmento, podendo convocar aquilo que a precede ou que a segue no discurso; e a *argumentação interna* é um encadeamento que constitui um equivalente mais ou menos próximo (paráfrase) da expressão em questão.

O conjunto dos encadeamentos vai formar o que Ducrot e Carel definem como *aspectos argumentativos*. Os segmentos A e B, em relação, podem formar oito aspectos, os quais se agrupam em dois blocos, que, por sua vez, mostram os diferentes modos de construir o sentido com conectores e com valores positivos e negativos. Conforme a figura 1, na página anterior, visualiza-se que esses aspectos podem ser de três tipos, a

saber, *recíprocos*, *conversos* e *transpostos*, segundo as inter-relações consideradas entre os encadeamentos: (1) é recíproco de (2); (3) é recíproco de (4); (2) é converso de (3) e é transposto de (4) etc. Ducrot e Carel (2005, p. 41, tradução nossa) salientam que “essas relações formais, definidas simplesmente pelo jogo de conectores e da negação, correspondem a relações discursivas.”

Os encadeamentos explicitam a *interdependência semântica* entre as palavras/enunciados, na medida em que uma entidade apenas adquire seu sentido na relação com a outra. Portanto, o valor semântico vai se dar apenas a partir dos encadeamentos, das relações, das ações de um(a) enunciado/palavra sobre os(as) outros(as): eis, aqui, uma possibilidade de desenvolvimento e de formalização do embrião presente também nos estudos de Émile Benveniste, retomado na primeira parte deste trabalho, traduzido pelas palavras *agenciamento* ou *sintagmatização*. De fato, fundamentada nos pressupostos filosóficos retomados, a ANL operacionaliza os conceitos expostos anteriormente para explicar, com ênfase nas *ações* de um(a) enunciado/palavra sobre os(as) outros(as), como o sentido se constrói na língua. Tal como exemplifica Barbisan (fig.2)⁶, esse sentido constrói-se de baixo para cima: as relações na língua permitem explicar o sentido que se percebe no discurso.

Figura 2 – Da língua ao discurso: construção do sentido



Dito isso, cabe frisar que *enunciado*, *frase*, *discurso* e *texto* são termos que assumem valores teórico-metodológicos distintos no interior dessa perspectiva. É no verbete “enunciação” da *Enciclopédia Einaudi* (1984) que Ducrot busca delimitar esses termos. No nível complexo, conceitua *discurso* como a realização linguística do *texto*; o *texto* é concebido como o constructo teórico, enquanto o *discurso* é considerado a realização desse constructo. No nível elementar, conceitua a *frase* como entidade

⁶ Conforme explicação desenvolvida em aula, na disciplina *Enunciação na Linguagem*, ministrada pela professora Dra. Leci Borges Barbisan em 2013/01, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

abstrata e o *enunciado* como entidade concreta e observável. Nesse sentido, a *enunciação* é o acontecimento constituído pelo aparecimento do *enunciado* e do *discurso* (entidades observáveis). Assim, no movimento de análise, entenda-se que se parte do enunciado para explicar a frase, e do discurso para explicar o texto. Trata-se, desse modo, de uma teoria *explicativa*, em cujo cerne vigora a noção de encadeamento, a qual evidencia o princípio da *relação*.

3 Da teoria à análise dos discursos: como se pode explicar o sentido construído pela língua?

Os poucos conceitos mobilizados até então permitem que se faça, já, uma breve análise. O material escolhido para tanto é um artigo de opinião recentemente publicado (04/06/2013) no *site* da Revista Época, intitulado *O brasileiro não lê*, de autoria de Danilo Venticinque (anexo). Para explicar como a língua constrói o sentido nesse discurso, é preciso, obviamente, ler o artigo. E são as categorias de *leitura* e de *interpretação* que são discutidas primeiramente para, em seguida, de fato empreender uma pequena análise do artigo referido.

Ducrot, em *L'interprétation en sémantique linguistique: un point de départ imaginaire* (2008)⁷, problematiza o papel metodológico da interpretação para o linguista, em especial para o linguista semanticista, o qual, segundo o autor, encontra-se em uma situação muito particular quando se trata de interpretação: “[...] a interpretação, para nós, é um *modo*, um instrumento, enquanto outras disciplinas que recorrem a ela a tomam como *objeto*.” (DUCROT, 2008, p. 307, grifos do autor, tradução nossa). Isso porque, segundo explica, o linguista semanticista (inclusive ele próprio) é obrigado a “considerar as interpretações que a fala recebe na vida quotidiana como modos suscetíveis [...] de ajudar a conhecer o que é [...] [seu] objeto próprio, a saber, a língua” (DUCROT, 2008, p. 307, tradução nossa).

Nesse interessante capítulo, Ducrot explicita que a interpretação dada pelos locutores/alocutários aos enunciados é o ponto de partida para o linguista tentar definir o valor semântico do material linguístico: “nós partimos do sentido desses enunciados e nós temos de estabelecer, a partir daí, as significações das frases.” (DUCROT, 2008, p.

⁷ Este é o 11º capítulo da 3ª edição francesa de *Direct ne pasdire: principes de sémantique linguistique* (DUCROT, 2008).

309, tradução nossa). É nessa direção que a interpretação é um *modo*, um *meio* e não um objeto na perspectiva da ANL. Na continuidade, o teórico explica que se trata, portanto, de tentar *descobrir* “um valor semântico ligado às palavras utilizadas, valor semântico que é nosso objeto próprio, e cuja existência e natureza devemos justificar mostrando que ele ajuda a compreender porque tais interpretações podem ser dadas ao enunciado e não tais outras.” (DUCROT, 2008, p. 308, tradução nossa).

Por meio dessas reflexões, Ducrot orienta que se deve ir “do sentido à significação” – isto é, quando da análise deve-se fazer o movimento inverso ao ilustrado na figura 2– entendendo que a significação tem uma função explicativa: “ela deve ser tal que ela possa fazer compreender por que os enunciados de uma frase têm o sentido que eles recebem de fato ao final da atividade de interpretação” (DUCROT, 2008, p.313, tradução nossa).

Este breve preâmbulo faz-se necessário na medida em que o presente trabalho também busca tecer algumas considerações em relação à contribuição da ANL para as práticas de leitura e de estudo do texto em contexto de ensino. Considerando que interpretar é dar sentido a algo ou a alguma coisa, a leitura está implicada nesse movimento. Ler, na perspectiva da ANL, parece consistir em buscar restituir as relações entre os enunciados, relações que constroem o sentido do discurso, para, em um movimento de estudo do texto, poder compreender como a significação está sendo produzida pelas frases possibilitadas pela língua.

E é esse o movimento que se quer empreender quanto à análise de *O brasileiro não lê*, artigo publicado no site da Revista Época (em anexo), com vistas a explicar como a língua constrói o sentido produzido pelas relações estabelecidas entre as entidades linguísticas (palavras, enunciados, parágrafos). Em virtude da extensão do discurso, serão observados apenas alguns de seus parágrafos.

Já o título coloca em foco o tema do discurso, retomado no “olho” do artigo:

O brasileiro não lê

A história de uma frase feita, e uma sugestão para quem insiste em repeti-la.

O brasileiro não lê trata-se de uma *frase feita*, cuja história será possivelmente retomada, e a partir da qual o locutor fará algumas sugestões. A expectativa criada no leitor, considerando-se apenas o título, é de que o texto versará sobre o fato de o

brasileiro não ler. No entanto, o “olho” parece adiantar a posição assumida pelo locutor (autor), posto que o segmento “insiste em repeti-la” evoca uma percepção negativa do locutor quanto à postura de *insistir* – entidade cuja argumentação interna pode ser *não mudar de ideia DC repetir*. Dessa forma, a argumentação externa dessa primeira parte (título e “olho”) pode ser traduzida pelos encadeamentos:

frase feita DC recuperar sua história

frase feita PT sugerir interpretações

O primeiro parágrafo, a seguir, contextualiza o surgimento do fato que, por sua vez, origina a escrita do texto.

O brasileiro não lê. Ao menos é isso que eu tenho escutado. Por obrigação profissional e por obsessão nas horas vagas, costumo conversar muito sobre livros. Com uma frequência incômoda, não importa qual é a formação de quem fala comigo, essa frase se repete. Amigos, taxistas, colegas jornalistas, escritores e até executivos de editoras já me disseram que o brasileiro não lê.

O fato em questão são as diversas interlocuções que o locutor estabelece com alocutários distintos, nas quais surge a frase feita, tema de seu discurso: “o brasileiro não lê”. Essa argumentação inicial pode ser traduzida por encadeamentos como:

conversar sobre livros DC incomodar-se

frase feita que se repete DC incomodar-se

Importante observar que, nos encadeamentos acima, a ideia de “incomodar-se” pode ser apreendida a partir da relação com a expressão “frequência incômoda”, que diz respeito à repetição da frase “o brasileiro não lê”. O leitor, ao chegar ao fim desse primeiro parágrafo, já pode suspeitar que o locutor do texto não adere à opinião de seus alocutários (amigos, taxistas, colegas jornalistas etc.) que repetem a frase feita. Dito isso, passa-se ao segundo parágrafo.

Quando temos dificuldade para entender uma frase, uma boa técnica de aprendizado é repeti-la várias vezes. Um dos meus primeiros professores de inglês me ensinou isso. Nunca pensei que fosse usar esse truque com uma frase em português. Mas, depois de ouvir tantas vezes que o brasileiro não lê, e de discordar tanto dos que dizem isso, resolvi tentar fazer esse exercício. Talvez enfim eu os entenda. Ou talvez eu me faça entender.

Este parágrafo, por sua vez, evidencia o ponto de vista do locutor – *depois de ouvir tantas vezes que o brasileiro não lê, e de discordar tanto dos que dizem isso* –, além de fornecer pistas sobre o modo como ele construirá seu texto:

dificuldade para entender DC repetir
ouvir a frase repetidamente PT discordar
discordar DC repetir

O último encadeamento construído a partir desse parágrafo assume um valor estratégico no desenvolvimento do texto, o que pode ser mais bem observado na continuidade.

O brasileiro não lê, mas a quantidade de livros produzidos no Brasil só cresceu nos últimos anos. Na pesquisa mais recente da Câmara Brasileira do Livro, a produção anual se aproximava dos 500 milhões de exemplares. Seriam aproximadamente 2,5 livros para cada brasileiro, se o brasileiro lesse.

Vê-se que o encadeamento argumentativo *discordar DC repetir* evidencia, de fato, a estratégia argumentativa mobilizada pelo locutor para construir o sentido do seu texto, já que, como se percebe no terceiro parágrafo, o locutor repete a frase feita para se fazer entender e fazer entender a questão. Desse modo, os encadeamentos a serem construídos podem ser tais como:

o brasileiro não lê PT livros produzidos aumentam
livros produzidos aumentam DC o brasileiro lê

O parágrafo é finalizado com uma oração condicional que problematiza o primeiro encadeamento, pois os números de livros produzidos só podem aumentar se os brasileiros lerem. Como os números aumentam, é fato que os brasileiros leem. Assim, a condicional assume um valor assertivo⁸, que pode ser representado por:

produção de 500 milhões de livros DC 2,5 livros para cada brasileiro

O quarto e o quinto parágrafos, reproduzidos a seguir, reiteram a estratégia argumentativa explicitada pelo encadeamento argumentativo *discordar DC repetir*, pois, mais uma vez, o locutor repete a frase feita por dela discordar e com o objetivo de fazer-se entender, conforme encadeamento construído também no segundo parágrafo: *dificuldade para entender DC repetir*. A cada movimento de repetição, tal como já analisado, o locutor apresenta novos dados e fatos para construir um sentido contrário ao expresso pela frase feita, o que explicita por meio do uso do articulador *mas*, assim manifestando a sua posição diante da questão.

O brasileiro não lê, mas o país é o nono maior mercado editorial do mundo, com um faturamento de R\$ 6,2 bilhões. Editoras estrangeiras têm desembarcado no país para investir na publicação de livros para os brasileiros que não leem. Uma das primeiras foi a gigante espanhola Planeta, em 2003. Naquela época, imagino, os brasileiros já não liam. Outras editoras vieram depois, no mesmo movimento incompreensível.

O brasileiro não lê, mas desde 2004 o preço médio do livro caiu 40%, descontada a inflação. Entre os motivos para a queda estão o aumento nas tiragens, o lançamento de edições mais populares e a chegada dos livros a um novo público. Um mistério, já que o brasileiro não lê.

Esses dois parágrafos podem ser resumidos em encadeamentos como:

o brasileiro não lê PT o Brasil é o nono maior mercado editorial

o brasileiro não lê PT as editoras estrangeiras vêm para o Brasil

o brasileiro não lê PT o preço médio do livro caiu 40%

o brasileiro não lê PT as editoras aumentam tiragens de livros

o brasileiro não lê PT há lançamentos de edições populares de livros

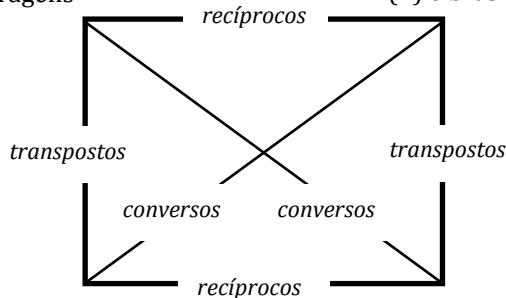
⁸ Poder-se-ia, ainda, explorar o aspecto irônico implicado na construção argumentativa do locutor, questão que permanece em suspenso e que se resguarda para reflexões futuras.

Novamente, o que se pode constatar é a reiteração de um movimento argumentativo por meio do qual o locutor, valendo-se de uma estratégia traduzida como *discordar DC repetir*, faz uso de um segmento com valor negativo – *o brasileiro não lê* – como elemento de repetição para fins de opor-se ao sentido dessa negação. A unidade de sentido aí instaurada só é possível pela relação desse segmento com outros do texto, alguns introduzidos inicialmente pelo articulador *mas*, a partir do qual os dados passam a conferir valor positivo à frase repetida.

Considerando a construção de um quadrado argumentativo a partir de um desses encadeamentos – *o brasileiro não lê PT as editoras aumentam tiragens de livros*, em que: segmento A = *o brasileiro lê* e segmento B = *tiragens aumentam* –, tem-se o seguinte:

Figura 3 – Quadrado argumentativo 1

(1) o brasileiro lê DC tiragens (2) o brasileiro não lê DC tiragens não aumentam



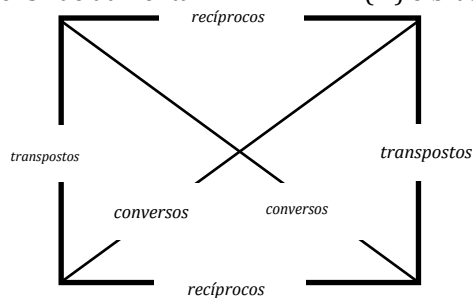
(3) o brasileiro não lê PT tiragens

(4) o brasileiro lê PT tiragens não aumentam

Com esses mesmos segmentos A e B, é possível construir um segundo quadrado argumentativo:

Figura 4 – Quadrado argumentativo 2

(1') o brasileiro lê DC tiragens não aumentam (2') o brasileiro não lê DC tiragens aumentam



(3') o brasileiro não lê PT tiragens não aumentam

(4') o brasileiro lê PT tiragens aumentam

A formalização desses quadrados argumentativos evidencia que a tese do locutor (o sentido de seu discurso) constrói-se a partir da relação entre os encadeamentos transpostos (1) e (3) do quadrado argumentativo 1. Embora o locutor expresse (3), o bloco semântico produzido pelas relações entre os segmentos A e B em (3) torna-se incoerente no contexto linguístico-discursivo elaborado pelo locutor. Logo, a posição assumida pelo locutor é a manifesta pelo aspecto (1).

Para melhor compreender tal relação, pode-se observar a partícula negativa, o *não*, presente na frase feita. Conforme expõe Ducrot em sua *Teoria Polifônica da Enunciação* (texto clássico em que Ducrot apresenta a polifonia pelo viés da enunciação), enunciados que apresentam tal partícula são considerados *polifônicos*, pois o locutor (responsável pelo enunciado) por meio deles veicula diferentes pontos de vista (vozes), associados a enunciadores (origem do ponto de vista).⁹ A ideia de enunciadores postos em cena é trazida para a TBS por meio da construção dos encadeamentos nos blocos semânticos, o que permite “descrever as diferentes formas possíveis de negação pela relação existente entre os aspectos expressos pelos enunciadores assumidos e os expressos pelos enunciadores recusados” (DUCROT; CAREL, 2008, p. 12).

Assim, no quadrado argumentativo 1, identifica-se que o locutor expressa o encadeamento (3), que evoca o encadeamento transposto a ele (1) como o sentido de fato construído pelas relações instauradas no discurso. O locutor recusa (3) e assume a posição de que o *brasileiro lê*, construída no aspecto (1), haja vista os dados apresentados como sustentação para esse ponto de vista – introduzidos pelo articulador *mas* –, bem como a explicitação dessa tese ao final do texto em questão. Desse modo, entende-se que, “ao produzir o discurso, o locutor se relaciona com um aspecto, [...]enquanto] os enunciadores, origens de pontos de vista, podem assumir ou outro aspecto desse mesmo bloco ou um aspecto de outro bloco que eles apresentam.” (BARBISAN, 2007, p. 124).

⁹ Sob os princípios da *Teoria Polifônica da Enunciação*, verificar-se-ia que o segmento põe em cena dois enunciadores (origens do ponto de vista), posto que a negação sempre evoca uma afirmação: o enunciador 1 (E1), responsável pelo valor positivo *o brasileiro lê*; e o enunciador 2 (E2), responsável pelo valor negativo *o brasileiro não lê*. O locutor, no texto, opõe-se a E2, o que se compreende a partir do uso do articulador *mas* no enunciado “O brasileiro não lê, mas a quantidade de livros produzidos no Brasil só cresceu” e em diversos outros enunciados que reiteram essa estrutura ao longo do texto. É por intermédio desse articulador que o locutor explicita o seu questionamento à frase feita, indicando, na sequência, dados e fatos que contrariam E2 – portanto, a negação – e que, junto ao articulador de natureza transgressiva, orientam a argumentação no texto.

Reproduzem-se, a seguir, os dois parágrafos finais do texto, em que o locutor postula explicitamente a tese defendida ao longo do artigo e para a qual convergiram todos os dados elencados como meios de sustentá-la.

Os brasileiros começaram a ler. Falta começar a mudar o discurso. Em vez de reclamar dos brasileiros que não leem, os brasileiros que leem deveriam se esforçar para espalhar o hábito da leitura. Espalhar clichês pessimistas não vai fazer ninguém abrir um livro.

Eu poderia ter repetido tudo isso para cada pessoa de quem ouvi a mesma frase feita. Mas resolvi escrever, porque acredito que o brasileiro lê.

Os encadeamentos argumentativos externos que podem traduzir esse parágrafo são:

o brasileiro começou a ler PT falta mudar o discurso

o brasileiro lê DC escrevi esse texto

escrever um texto em revista para ser lido DC espalhar hábito de leitura

espalhar clichês (frase feita) DC não mudar o discurso

Ao chegar aos parágrafos finais do texto, confirma-se o sentido até então produzido pelos encadeamentos elaborados a partir de alguns parágrafos. Se antes o ponto de vista com o qual o locutor concorda estava evocado na negação e inserido pelo articulador *mas*, aqui, nos enunciados finais, está pontuado explicitamente: *o brasileiro lê*.

Da análise do discurso às implicações no contexto de ensino: algumas considerações finais

Pela análise esboçada, é possível compreender a relevância que o conceito de *relação* assume em contexto de ensino, em especial quando se trata de práticas de leitura e de estudo do texto. Isso porque, como bem frisa Saussure, “não falamos por signos isolados, mas por grupos de signos, por massas organizadas [...]. Na língua, tudo se reduz a diferenças, mas tudo se reduz também a agrupamentos.” (SAUSSURE, 2006, p. 149).

Assim, para compreender o sentido construído em um discurso, é preciso verificar as relações instauradas entre os enunciados, observando os mecanismos linguísticos que se destacam para a construção desses sentidos. No caso do discurso analisado, é perceptível o uso da negação aliada a um conector transgressivo como estratégias para a construção dos encadeamentos argumentativos.

Tal posicionamento é extremamente relevante, uma vez que se percebe que, em contexto de ensino, frequentemente os alunos e também professores acabam por explicar o sentido do texto recorrendo a elementos externos a ele ou, ainda, recorrendo a interpretações pessoais. Já Ducrot e Carel pronunciaram-se contra essas explicações não linguísticas.

O ponto fundamental é que gostaríamos de **renunciar radicalmente a qualquer descrição não linguística do significado das expressões da língua**. Tomando ao pé da letra a ideia saussuriana de que o significado é parte integrante do signo, concluímos que ele não pode consistir nem em coisas (ou propriedades das coisas), nem em ideias (conceitos representações mentais). Mais precisamente, ficamos com as fórmulas de Saussure em que **o significado é visto como o “valor” do signo** – o que leva a concebê-lo [...] como **um conjunto de relações entre signos**. (DUCROT; CAREL, 2008, p. 9, grifos nossos).

Portanto, tendo em vista a noção de relação, entende-se que só se pode compreender o sentido do discurso se forem considerados os encadeamentos construídos, jamais os segmentos na sua situação isolada. Se assim fosse – considerar os segmentos em sua situação isolada –, poder-se-ia, em certas passagens do texto analisado neste trabalho, incorrer no erro de afirmar que o ponto de vista assumido pelo locutor é de que o brasileiro não lê. A análise mostra justamente o contrário, ou seja, que o ponto de vista assumido pelo locutor é de que o brasileiro lê, o que se constata na relação deste com outros segmentos do texto. Isso mostra que os enunciados adquirem valor não apenas pelas relações com outros, mas também pelo modo como essas relações se instauram e vão construindo o texto. Essas questões – dentre outras – são as grandes contribuições da ANL para o ensino, seja de leitura, seja de escrita. É isto que é preciso mostrar aos alunos: a pertinência e o funcionamento das noções de relação, de valor, de agenciamento, de encadeamento etc. Ducrot pontuou a importância desse aspecto já em 1984, antes mesmo de a TBS ser gestada com Marion Carel. Explica o teórico que

[...] a ordem segundo a qual os enunciados aparecem – responsável pelo movimento e pela organização do discurso – possui ela própria um valor semântico. Por outro lado, a reunião de vários enunciados serve muitas vezes para sugerir, ou mesmo para impor certas conclusões, que pertencem por isso ao discurso tomado na sua totalidade, e a nenhum dos enunciados em particular. (DUCROT, 1984, p. 376).

É por meio desse “encadeamento, sempre singular, das formas do discurso” que o locutor apresenta “ao outro a sua apreensão argumentativa da realidade” – e isso é “o que faz a perspectiva de Ducrot [e de Carel] se constituir como uma teoria enunciativo-argumentativa” (SILVA, 2012, p. 170).

Portanto, trabalhar com práticas de leitura e de estudo do texto é trabalhar sobretudo com movimentos de *restituição*, recuperando os valores estabelecidos nas relações (entre as partes e o todo do texto) e mostrando porque certas interpretações são possíveis (sejam elas quais forem) e porque outras não. Evidentemente, não se trata de construir quadrados argumentativos junto aos alunos, mas de o professor, valendo-se desses pressupostos teóricos¹⁰, focar o texto com o “óculos da teoria argumentativa”, buscando desvelar, com os alunos, as relações de sentido que os encadeamentos traduzem.

Referências

BARBISAN, Leci Borges. Uma proposta para o ensino da argumentação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.42, n.2, p.111-138, jun.2007.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem (1967). _____. *Problemas de Linguística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. O aparelho formal da enunciação (1970). _____. *Problemas de Linguística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

DUCROT, Oswald. Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo: Ateliê Editorial/Editora da Unicamp, 2009a.

_____. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.44, n.1, p.20-25, jan./mar. 2009b.

¹⁰ Para fins dessa reflexão, a noção de *transposição didática* (cf. Chevallard e outros teóricos que desenvolvem essa noção a partir de sua proposição) assume especial relevância. Reserva-se para trabalhos futuros essa questão, que busca discutir a *transposição* de saberes de referência ao contexto de ensino.

____.; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.43, n.1, p.7-18, jan./mar. 2008.

____. *La semántica argumentativa: una introducción a lateoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

____. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

NORMAND, Claudine. *Saussure*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de Linguística Geral*. BOUQUET, S.; ENGLER, R. (Ed.e Org.). São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

____. *Curso de Linguística Geral*. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Carmem Luci da Costa. O diálogo de Oswald Ducrot com Émile Benveniste. In: TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir do N. *O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

VENTICINQUE, Danilo. O brasileiro não lê. *Revista ÉPOCA*, Editora Globo. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com//cultura/danilo-venticinque/noticia/2013/06/o-brasileiro-nao-le.html>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

Recebido em agosto de 2013.

Aceito em dezembro de 2013.

ANEXO

O brasileiro não lê

A história de uma frase feita, e uma sugestão para quem insiste em repeti-la

DANILO VENTICINQUE*
04/06/2013 07h57

O brasileiro não lê. Ao menos é isso que eu tenho escutado. Por obrigação profissional e por obsessão nas horas vagas, costumo conversar muito sobre livros. Com uma frequência incômoda, não importa qual é a formação de quem fala comigo, essa frase se repete. Amigos, taxistas, colegas jornalistas, escritores e até executivos de editoras já me disseram que o brasileiro não lê.

Quando temos dificuldade para entender uma frase, uma boa técnica de aprendizado é repeti-la várias vezes. Um dos meus primeiros professores de inglês me ensinou isso. Nunca pensei que fosse usar esse truque com uma frase em português. Mas, depois de ouvir tantas vezes que o brasileiro não lê, e de discordar tanto dos que dizem isso, resolvi tentar fazer esse exercício. Talvez enfim eu os entenda. Ou talvez eu me faça entender.

O brasileiro não lê, mas a quantidade de livros produzidos no Brasil só cresceu nos últimos anos. Na pesquisa mais recente da Câmara Brasileira do Livro, a produção anual se aproximava dos 500 milhões de exemplares. Seriam aproximadamente 2,5 livros para cada brasileiro, se o brasileiro lesse.

O brasileiro não lê, mas o país é o nono maior mercado editorial do mundo, com um faturamento de R\$ 6,2 bilhões. Editoras estrangeiras têm desembarcado no país para investir na publicação de livros para os brasileiros que não leem. Uma das primeiras foi a gigante espanhola Planeta, em 2003. Naquela época, imagino, os brasileiros já não liam. Outras editoras vieram depois, no mesmo movimento incompreensível.

O brasileiro não lê, mas desde 2004 o preço médio do livro caiu 40%, descontada a inflação. Entre os motivos para a queda estão o aumento nas tiragens, o lançamento de edições mais populares e a chegada dos livros a um novo público. Um mistério, já que o brasileiro não lê.

O brasileiro não lê – e os poucos que leem, é claro, são os brasileiros ricos. Mas a coleção de livros de bolso da L&PM, conhecida por suas edições baratas de clássicos da literatura, vendeu mais de 30 milhões de exemplares desde 2002. Com seu sucesso, os livros conquistaram pontos de venda alternativos, como padarias, lojas de conveniência, farmácias e até açougues. As editoras têm feito um esforço irracional para levar seu acervo a mais brasileiros que não leem. Algumas já incluíram livros nos catálogos de venda porta-a-

porta de grandes empresas de cosméticos. Não é preciso nem sair de casa para praticar o hábito de não ler.

O brasileiro não lê, mas vez ou outra aparecem best-sellers por aqui. Esse é o nome dado aos autores cujos livros muitos brasileiros compram e, evidentemente, não leem. Uma delas, a carioca Thalita Rebouças, já vendeu mais de um milhão de exemplares. Seus textos são escritos para crianças e adolescentes – que, como todos sabemos, trocaram os livros pelos tablets e só querem saber de games. Outro exemplo é Eduardo Spohr, que se tornou um fenômeno editorial com seus romances de fantasia. Ele é o símbolo de uma geração de novos autores do gênero, que escrevem para centenas de milhares de jovens brasileiros que não leem.

O brasileiro não lê – e, mesmo se lesse, só leria bobagens. Mas, há poucos meses, um poeta estava entre os mais vendidos do país. Em algumas livrarias, a antologia *Toda poesia*, de Paulo Leminski (1944-1989), chegou ao primeiro lugar. Ultrapassou a trilogia *Cinquenta tons de cinza*, até então a favorita dos brasileiros (e brasileiras) que não leem.

Na semana passada, mais de 40 mil brasileiros (que não leem) eram esperados no Fórum das Letras de Ouro Preto. Eu estava lá. Nas mesas de debates, editores discutiam maneiras de tornar o livro mais barato e autores conversavam sobre a melhor forma de chamar a atenção dos leitores. Um debate inútil, já que o brasileiro não lê. A partir desta semana, entre 6 e 16 de junho, a Feira do Livro de Ribeirão Preto (SP) deve receber mais de 500 mil pessoas. Na próxima segunda-feira (10), começa a venda de ingressos para a cultuada Festa Literária Internacional de Paraty, que inspirou festivais semelhantes em várias outras cidades do país. Haja eventos literários para os brasileiros que não leem.

Na pesquisa Retratos da Leitura, divulgada no ano passado, metade dos brasileiros com mais de 5 anos disse não ter lido nenhum livro nos últimos três meses. É compreensível, num país em que há poucas livrarias, as bibliotecas públicas estão abandonadas e 20% das pessoas entre 15 e 49 anos são analfabetas funcionais. Mas há outra metade. São 88,2 milhões de leitores. Alguns se dedicam mais à leitura; outros, provavelmente a maior parte deles, são leitores ocasionais. Há um enorme potencial para crescimento, mas já é um número animador.

Os brasileiros começaram a ler. Falta começar a mudar o discurso. Em vez de reclamar dos brasileiros que não leem, os brasileiros que leem deveriam se esforçar para espalhar o hábito da leitura. Espalhar clichês pessimistas não vai fazer ninguém abrir um livro.

Eu poderia ter repetido tudo isso para cada pessoa de quem ouvi a mesma frase feita. Mas resolvi escrever, porque acredito que o brasileiro lê.

* DANILLO VENTICINQUE é editor de livros de ÉPOCA. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/cultura/danilo-venticinque/noticia/2013/06/o-brasileiro-nao-le.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013